



Relato de Experiência

A Psicologia Escolar em foco: relato de experiência em escola pública de Goianésia-GO

Izabelly Priscila Silva Santos¹; Kayane Favoni Martins²; Larissa Bispo dos Santos Silva³;
Lohanna Kelly Siqueira da Cruz⁴; Sarah Gabriela Dias Moreira⁵; Maria Betânia de Andrade
César (Orientadora)

Graduanda em Psicologia pela Faculdade Evangélica de Goianésia – FACEG¹
izabellypriscila15@gmail.com

Graduanda em Psicologia pela Faculdade Evangélica de Goianésia – FACEG²
kayanef.martins@gmail.com

Graduanda em Psicologia pela Faculdade Evangélica de Goianésia – FACEG³
larissa.lari.87@hotmail.com

Graduanda em Psicologia pela Faculdade Evangélica de Goianésia – FACEG⁴
lohannakelly23@gmail.com

Graduanda em Psicologia pela Faculdade Evangélica de Goianésia – FACEG⁵
saragabrieladiasmoreira@gmail.com

Professora Especialista em Neuropsicologia pelo Centro Universitário de João Pessoa- UNIPÊ -
profabetaniafaceg@gmail.com

Resumo

Este relato de experiência descreve uma visita técnica realizada por estudantes do curso de Psicologia da Faculdade Evangélica de Goianésia à Escola Municipal Deodato de Oliveira, com o objetivo de observar e refletir criticamente sobre a presença — e a ausência — da Psicologia Escolar no ambiente educacional público. Adotou-se metodologia qualitativa, descritiva e exploratória, estruturada a partir de observação participante, escuta ativa da equipe gestora e registro em diário de campo. Os resultados evidenciaram sobrecarga docente, escassez de apoio psicossocial e ausência de estrutura adequada para acolher as demandas emocionais dos alunos. A falta de um psicólogo escolar fixo comprometeu a efetividade das ações de mediação de conflitos, promoção da saúde mental e inclusão escolar, expondo lacunas relevantes no processo educacional. A equipe pedagógica, sobretudo os professores, mostrou-se sobrecarregada e sem formação específica para lidar com questões emocionais e comportamentais dos estudantes, situação agravada pela ausência de suporte especializado contínuo. A experiência reafirmou a relevância da Lei nº 13.935/2019, que determina a presença de psicólogos nas escolas públicas, e evidenciou os obstáculos concretos à sua implementação no município, entre eles a escassez de profissionais e a fragmentação dos serviços de apoio. Conclui-se pela necessidade de atuação interdisciplinar e de políticas públicas que integrem educação, saúde e assistência social, de modo a garantir a presença efetiva e contínua de psicólogos nas escolas e promover uma educação inclusiva e acolhedora.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; Educação Pública; Saúde Mental; Inclusão; Desenvolvimento Infantil.

1. INTRODUÇÃO

A Psicologia Escolar e Educacional é uma subárea das Ciências Psicológicas voltada à promoção do desenvolvimento dos estudantes e à melhoria da qualidade do processo educativo. Historicamente, a Psicologia foi convocada a atuar na Educação com o propósito de explicar dificuldades de aprendizagem e comportamentos considerados inadequados, muitas vezes com foco exclusivo no indivíduo e sem considerar os fatores sociais e institucionais que atravessam o cotidiano escolar (Goulart, 1987; Loureiro, 1997). Com o avanço das discussões críticas a partir da década de 1980, autores como Patto (1997) passaram a propor uma nova forma de atuação do psicólogo escolar, pautada no compromisso social, na análise do contexto institucional e na revisão das práticas pedagógicas adotadas pela escola.

O presente relato de experiência foi desenvolvido no contexto da disciplina Psicologia Escolar e Educacional e teve como finalidade observar e analisar a realidade de uma escola pública municipal diante da ausência de um profissional da Psicologia Escolar. A visita técnica aproximou as estudantes do campo educacional, favorecendo uma reflexão crítica sobre os desafios da atuação interdisciplinar e sobre a importância da presença do psicólogo escolar nas instituições públicas.

Este relato teve como objetivo geral observar e refletir criticamente sobre a presença — e, sobretudo, a ausência — da Psicologia Escolar em uma instituição pública municipal de ensino, aproximando as estudantes de Psicologia da realidade do campo educacional e de seus desafios de atuação interdisciplinar. De modo mais específico, buscou-se: (a) identificar as principais demandas psicossociais enfrentadas pela comunidade escolar, com atenção especial ao acolhimento emocional dos alunos e ao suporte oferecido aos professores; (b) analisar as estratégias de mediação de conflitos e de inclusão adotadas pela escola diante da ausência de um psicólogo escolar fixo; (c) examinar, a partir da vivência concreta, os efeitos da implementação parcial da Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019) sobre a organização dos serviços de apoio psicossocial no município; e (d) refletir sobre as implicações dessa realidade para a formação acadêmica em Psicologia Escolar e Educacional.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, desenvolvido por discentes do 7º período do curso de Psicologia da Faculdade Evangélica de Goianésia, no primeiro semestre de 2025, na Escola Municipal Deodato de Oliveira, em Goianésia-GO.

A opção pela abordagem qualitativa refletiu a intenção de compreender as dinâmicas e os desafios cotidianos da escola, especialmente as questões psicossociais que afetam alunos e equipe pedagógica, conforme propõe Patto (1997), para quem a observação direta e a interação com o contexto possibilitam uma análise mais rica e aprofundada da realidade escolar.

A coleta foi orientada por um roteiro de observação previamente elaborado, com categorias definidas para nortear o registro dos dados — acolhimento emocional, estratégias de mediação de conflitos, inclusão escolar, estrutura institucional e suporte psicopedagógico —, em consonância com a proposta de Freire (1996), que destaca a importância de uma observação crítica e participativa, capaz de ultrapassar o simples levantamento de dados e alcançar as relações e estruturas que sustentam as práticas educacionais e sociais no interior da escola.

A visita foi previamente autorizada pela direção da escola e conduzida em um único dia, com duração aproximada de uma hora. Durante esse período, foram registradas observações em diário de campo, conforme as orientações de Minayo (2014), que ressalta a relevância dessa ferramenta para o registro reflexivo e a análise contínua da interação com o campo. Além da observação, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a coordenadora pedagógica e a diretora escolar, seguindo a metodologia da escuta ativa proposta por Freire (1996), que valoriza o diálogo horizontal e a construção conjunta do conhecimento.

A análise das informações fundamentou-se em referenciais teóricos da Psicologia Escolar crítica, com destaque para Patto (1997), que defende uma leitura crítica da prática psicológica no contexto escolar, e para a obra de Cunha (2003), que contribui para a reflexão sobre as práticas de mediação de conflitos e o papel da Psicologia na promoção da inclusão e do acolhimento emocional na escola.

O trabalho não foi submetido a Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por tratar-se de atividade de ensino — observação institucional e escuta de gestores, sem aplicação de instrumentos de avaliação psicológica ou intervenção direta com estudantes.

3. RESULTADOS

A Escola Municipal Deodato de Oliveira atende 278 alunos do Ensino Fundamental I. Aproximadamente 60 alunos apresentam laudos ou estão em processo de investigação para transtornos como Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). A escola conta com professores de apoio, mas em número insuficiente: em muitas salas, um único profissional é responsável por até oito alunos com necessidades específicas.

A instituição não possui psicólogo escolar fixo. A rede municipal de educação conta com apenas uma psicóloga para atender todas as escolas da cidade, o que torna sua atuação pontual, emergencial e limitada à orientação e a encaminhamentos. Não há espaço físico reservado para atendimentos psicológicos nem recursos estruturados para esse tipo de trabalho; segundo relato da gestão, a profissional acumula diversas funções e, em alguns momentos, é remanejada para atividades administrativas ou pedagógicas pouco condizentes com sua formação.

A escuta ativa realizada com a equipe gestora evidenciou que a ausência de um psicólogo impacta diretamente a mediação de conflitos, o apoio aos professores e o acompanhamento de alunos em sofrimento emocional. Há, ainda, diversos projetos externos que chegam à escola de forma desconectada uns dos outros e sem foco consistente na promoção da saúde emocional dos alunos; tentativas anteriores de implementar projetos socioemocionais foram interrompidas pela falta de continuidade e de capacitação da equipe docente.

Constatou-se, por fim, que a ausência de um psicólogo escolar fixo está em desacordo com a Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019), que estabelece a obrigatoriedade da presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas. Gestores e equipe pedagógica relataram, nas entrevistas, que sentem falta de um psicólogo escolar para o suporte emocional dos alunos, a mediação de conflitos e o fortalecimento da relação entre escola e família.

4. DISCUSSÃO

A observação confirmou o que a literatura da Psicologia Escolar já aponta há décadas: a ausência do psicólogo no espaço escolar compromete a efetividade das ações voltadas à promoção da saúde mental, à mediação de conflitos e à inclusão escolar, uma vez que o fracasso escolar não decorre apenas de dificuldades individuais dos alunos, mas de um sistema que não responde às diversidades sociais, emocionais e cognitivas presentes no ambiente escolar, como destacam Patto (1997) e Guzzo (2005). A teoria crítica da Psicologia Escolar propõe uma atuação que ultrapasse a avaliação diagnóstica individualizada, deslocando o foco para uma escuta institucional e coletiva, conforme defendido por Vygotsky (1991), para quem o desenvolvimento humano resulta da mediação social e cultural. Freire (1996), por sua vez, propõe que a escola seja espaço de diálogo, escuta e reconhecimento das subjetividades, o que só se torna possível com uma equipe multidisciplinar.

A situação observada está em desacordo com a Lei nº 13.935/2019: embora vigente, essa legislação encontra barreiras para sua implementação efetiva no município, sobretudo a escassez de profissionais e a organização inadequada dos serviços públicos de saúde e educação — um descompasso já apontado pela literatura crítica em Psicologia Escolar como um dos principais obstáculos à consolidação de uma atuação verdadeiramente preventiva e institucional (Guzzo, 2005).

A experiência limitou-se a uma única visita técnica, de aproximadamente uma hora de duração, o que restringe a profundidade da observação e impede o acompanhamento da escola ao longo do tempo. Os dados foram obtidos majoritariamente a partir da perspectiva da equipe gestora (direção e coordenação pedagógica), sem escuta direta de professores, estudantes ou famílias, o que limita a abrangência das conclusões. Por fim, tratando-se de atividade formativa vinculada a uma disciplina de graduação, não houve intervenção nem acompanhamento posterior à visita, o que impede avaliar o impacto da experiência sobre a realidade observada.

A experiência reforça a importância de uma atuação psicológica escolar que ultrapasse a escuta clínica individual, priorizando estratégias coletivas, preventivas e articuladas com professores, famílias e rede de apoio externa. Para a formação em Psicologia, a vivência evidencia a relevância de aproximar as estudantes da realidade institucional das escolas públicas ainda durante a graduação, favorecendo uma postura crítica em relação aos determinantes sociais dos processos de aprendizagem.

Para a gestão escolar e para as políticas públicas, os achados reforçam a urgência de efetivar a Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019) — não apenas em seu texto, mas nas condições concretas de trabalho — e de estruturar redes intersetoriais entre educação, saúde e assistência social, capazes de sustentar uma atuação psicológica contínua e não meramente emergencial. A experiência sugere ainda a necessidade de espaços físicos e institucionais dedicados ao acolhimento psicológico dentro das escolas, bem como de processos de formação continuada para professores e gestores sobre saúde mental e mediação de conflitos, de modo que a ausência do psicólogo não recaia inteiramente sobre profissionais sem formação específica para essa função. Do ponto de vista da comunidade escolar mais ampla, a experiência reforça que a inclusão e o cuidado emocional dos estudantes dependem de uma rede de corresponsabilidade entre escola, família e serviços de saúde, e não podem ser tratados como responsabilidade isolada de um único profissional ou setor.

5. CONCLUSÕES

A visita técnica à Escola Municipal Deodato de Oliveira proporcionou uma vivência significativa, que possibilitou às estudantes de Psicologia refletir sobre os desafios da escola pública e sobre a importância da atuação do psicólogo escolar no cotidiano educacional. Foi possível identificar lacunas importantes na atenção às necessidades emocionais dos alunos, bem como dificuldades enfrentadas pela equipe gestora e docente para lidar com múltiplas demandas sem o suporte adequado.

A ausência do psicólogo escolar evidencia a fragilidade das políticas públicas voltadas à saúde mental na escola, especialmente quanto à implementação da Lei nº 13.935/2019. Torna-se necessário o fortalecimento de iniciativas que promovam a presença efetiva desse profissional, a criação de espaços de escuta e acolhimento e a construção de uma cultura escolar inclusiva, ética e colaborativa. Destaca-se, por fim, a importância da inserção de estudantes de Psicologia em experiências práticas como esta, que contribuem significativamente para uma formação crítica, ética e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

- Cunha, V. (2003). Psicologia escolar: subjetividade e prática educativa. Summus.
- Freire, P. (1996). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.
- Goulart, I. B. (1987). Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. Editora Lê. Guzzo, R. S. L. (2005). Psicologia escolar e compromisso social: uma prática em construção. Alínea.
- Loureiro, M. C. da S. (1997). Psicologia escolar: mera aplicação de diferentes psicologias à educação? In M. H. S. Patto (Org.), Introdução à psicologia escolar (3a ed., pp. 449–458). Casa do Psicólogo.
- Minayo, M. C. S. (2014). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec.
- Patto, M. H. S. (1997). A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia (6a ed.). Casa do Psicólogo.
- Vygotsky, L. S. (1991). A formação social da mente. Martins Fontes.